



Reunião do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

03.12.2009

Acta Reunião Extraordinária n.º 02/2009

Ao terceiro dia do mês de Dezembro de dois mil e nove, pelas 09h30, reuniu nas instalações da CIMT, em Tomar, o Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a presença dos elementos constantes da lista anexa, (nove membros). Estiveram igualmente presentes a Secretária Executiva Paula Remédios, Sónia Santos e Sílvia Alpalhão da CIMT e os técnicos da área do QREN das C.M. (seis membros) com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Contratualização

- 1.1. Avisos de concurso.
- 1.2. Validação de Candidaturas pela CCDRC.
- 1.3. Análise dos Projectos Municipais constantes na Contratualização.
- 1.4. Análise dos Projectos da CIMT constantes na "Contratualização"
- 1.5. Ponto de Situação da Contratualização.

2. Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação

- 2.1** Ponto de Situação da Candidatura

3. Análise da possibilidade de financiamento

- 3.1** Dos projectos que, ainda que coordenados pela CIMT, poderão vir a ter soluções individualizadas para cada CM.

4. Outros assuntos, nomeadamente a análise da Regeneração Urbana

1. Contratualização

O Sr. Presidente do C.E., António Rodrigues, deu início à reunião, começando por explicar aos presentes que a reunião tinha como objectivo analisar o ponto de situação do QREN na Região do Médio Tejo. Assim, referiu que a Dra. Sónia Santos da Estrutura de Apoio Técnico (EAT) do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul iria fazer uma apresentação acerca da Contratualização, de acordo com o Contrato de Subvenção Global celebrado em Dezembro de 2008 com a Autoridade de Gestão da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

A Técnica Sónia Santos deu a conhecer aos presentes o valor do Contrato de Subvenção Global de 69.266.621,00€ de montante FEDER, correspondente a 62.226.621,00€ de contrato inicial e um reforço de 7.000.000,00€ referente a Centros Escolares. A mesma, explicou também as várias fases que as candidaturas, apresentadas pelos Municípios, estão sujeitas no âmbito do Contrato de Subvenção Global, referindo que a EAT, constituída por uma equipa multidisciplinar analisa as candidaturas e submete-as para intenção de aprovação ou não aprovação à Unidade Directiva do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul. Posteriormente, as mesmas são objecto de notificação e pronúncia por escrito pelos respectivos beneficiários, de acordo com o código de procedimento administrativo, remetidas novamente à Unidade Directiva para confirmação da aprovação ou não aprovação e no fim, remetidas para a Comissão Directiva do Mais Centro para validação das deliberações tomadas pela Unidade Directiva. Na presente data, foram apresentadas 33 candidaturas municipais, 21 aprovadas pela Unidade Directiva, correspondente a 11.391.212,75€ de montante FEDER. No entanto, apenas foram validadas pela Comissão Directiva do Mais Centro, 7 candidaturas, correspondendo a 4.248.455,01€, montante FEDER. Neste sentido, o Médio Tejo e o Pinhal Interior Sul detêm uma taxa de execução de candidaturas validadas pela CCDRC de apenas 6%, enquanto a taxa de aprovação da Unidade Directiva é de 16%, demonstrando-se a demora da Comissão Directiva da Programa Operacional Regional do Centro na validação das candidaturas remetidas. Por fim, alertou para o facto da EAT ainda não ter um sistema de informação a 100% operacional que permita gerar os contratos de financiamento e a análise dos pedidos de pagamento.

Após a apresentação, o Sr. Presidente do C.E. informou os presentes que a execução do QREN continua muito atrasada e alertou que o Médio Tejo encontra-se com uma baixa taxa de execução face às outras Comunidades Intermunicipais. Referiu, igualmente, que tinha sido distribuído a todos os presentes um mapa com os projectos municipais constantes na Contratualização, para análise. O Sr. Presidente da C.M. de Ourém questionou se podiam existir alterações de projectos, pelo que a técnica Sónia Santos e a Dra. Stela Rato da C.M. de Torres Novas alertaram que existem regras próprias, no entanto, a passagem de projectos do eixo 3 para os eixos 1 e 4 são, em princípio, aprovados pela CCDRC.

O Sr. Presidente do C.E. consciencializou todos que vai existir reforço do Contrato de Subvenção Global. Referiu as dificuldades que todos os municípios têm em executar os projectos que se encontram a decorrer, dado que caso o limite de endividamento seja ultrapassado, os municípios serão multados, referenciando contudo que o município de Torres Novas só com a construção de quatro Centros Escolares, com os valores que tem de pagar ao nível da contrapartida nacional, não

terá possibilidade de desenvolver outros projectos necessários para o Concelho, como consequência do esforço financeiro que já tem de efectuar.

O Sr. Presidente da C.M. de Vila Nova da Barquinha referiu que a taxa de execução mencionada anteriormente é fictícia, uma vez que para efeitos de programa operacional ainda nada se encontra executado físico e financeiramente.

A Técnica Sónia Santos alertou os Srs. Presidentes para o facto de ainda não existir no Sistema de Informação o módulo que permite a análise dos pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários que, sem esta funcionalidade, torna-se difícil a execução efectiva da contratualização.

O Sr. Presidente da C.M. de Vila Nova da Barquinha sugeriu que a CIMT tomasse uma posição face aos formalismos do QREN, uma vez que desde Abril, data em que apresentou as candidaturas municipais, as mesmas ainda não foram validadas. A Dra. Stela Rato da C.M. de Torres Novas referiu que as regras de apresentação e análise das candidaturas têm sido alteradas, nomeadamente no que se concerne aos Centros Escolares, uma vez que agora não financiam o projecto técnico, quando até à muito pouco tempo, o faziam. As orientações para a análise da elegibilidade das candidaturas são da competência do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE). No entanto, a CCDRC tem autonomia para decidir qual a melhor aplicação e leitura da regulamento específico.

A Técnica Sónia Santos lembrou aos presentes que no Contrato de Subvenção Global encontra-se cerca de 14 milhões de euros de montante FEDER relativos a Centros Escolares aprovados anteriormente à assinatura do contrato, que se encontram a ser geridos pela CCDRC, sem que a CIMT tenha qualquer conhecimento do ponto de situação ao nível da sua execução.

A Sra. Presidente da C.M. de Abrantes referiu que as taxas de comparticipação são bastante diminutas, dando o exemplo do projecto Inov Point. Referiu, igualmente que foi convocada para uma reunião na CCDRC no dia 07 de Dezembro pelas 15 horas para discussão da Política de Cidades e a contratualização, denotando que foram apenas convocados os novos Presidentes de Câmara. O Sr. Presidente do C.E. referiu que nenhum presidente deveria estar presente, como forma de demonstrar o descontentamento por esta situação e a posição de força do Médio Tejo e exigir, posteriormente, uma reunião com o Sr. Presidente da CCDRC para estarem presentes todos os Srs. Presidentes do Médio Tejo. A Dra. Stela Rato referiu que essa reunião sem a representatividade da CIMT, não fazia qualquer sentido, além de que a CCDRC não pode exigir uma maior taxa de execução, quando não colaboram connosco. Referiu ainda que todo o processo do QREN é demasiado complexo, dado que obrigam tanto a documentação remetida em formato digital como em papel. A Eng.ª Ana Paula Remédios informou os presentes que relativamente ao projecto da Cartografia, é um projecto em andamento e com uma boa taxa de execução. No entanto, e após diversas solicitações à CCDRC continua-se a aguardar a alteração ao regulamento específico "SAMA" para que este projecto intermunicipal possa ser alvo de comparticipação, dado que o regulamento só permite apresentação de candidaturas sem qualquer execução financeira.

O Sr. Presidente da C.M. de Ourém referiu a importância da coesão e harmonia territorial, uma vez que estamos apenas de passagem pela Região do Centro, além de que ninguém sabe se no ano de 2011 vai existir uma nova negociação ao Contrato de Subvenção Global com o objectivo de reforço de verbas. A Sra. Presidente da C.M. de Abrantes salientou que, anteriormente a estratégia de Abrantes era bastante válida para Lisboa e Vale do Tejo, mas actualmente para Coimbra (Região Centro) já não a consideram assim, dado que não têm conhecimento de todo o trabalho desenvolvido, nesta Região, até à data.

O Sr. Presidente do C.E. mencionou que a Unidade Directiva é uma farsa e que, deverá ter uma liderança política mais forte junto da CCDRC, entidade esta que não pode exigir maiores índices de execução quando, por exemplo, a regeneração urbana da Praça 5 de Outubro de Torres Novas ainda não recebeu qualquer tipo de participação.

O Sr. Presidente do C.E. propôs a elaboração de um documento único com a colaboração de todos os municípios, a enunciar os estrangulamentos/ constrangimentos com a gestão do QREN, referindo a importância do aumento das taxas de participação, de forma a ser apresentado ao Sr. Presidente da CCDRC aquando a realização da reunião supracitada, bem como a elaboração de uma resposta à convocatória do dia 7 de Dezembro a demonstrar o desalento do Médio Tejo por apenas alguns presidentes terem sido convocados para a reunião e que nenhum presidente estaria presente. Assim, os Srs. Presidentes deliberaram, por unanimidade: manifestar o seu desagrado pelo facto de, parecer, não ter sido salvaguardado o respeito institucional com o Médio Tejo no âmbito da Contratualização; lamentar o dirigismo apresentado para a reunião em causa, não se fazerem representar na reunião agendada para o dia 7 e solicitar uma reunião urgente ao Presidente da CCDRC com os Presidentes dos Municípios do Médio Tejo para a análise sobre os actuais constrangimentos na gestão dos projectos relativos ao QREN.

2. Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação

Foi questionado pela Dra. Stela Rato da C.M. de Torres Novas, o ponto de situação da candidatura apresentada no âmbito da Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, pelo que a Dra. Sónia Santos da CIMT respondeu que tem contactado o Secretariado Técnico da CCDRC a questionar para quando a solicitação de esclarecimentos, uma vez que os prazos já foram ultrapassados. O Secretariado Técnico tem sempre respondido que a informação será enviada na semana seguinte.

3. Análise da possibilidade de financiamento

Foi presente à reunião um mapa com os projectos da CIMT constantes na contratualização. O Sr. Presente da C.M. de Vila Nova da Barquinha referiu que tinham sido muito ambiciosos com a reserva de fundos para a CIMT. O Sr. Presidente do C.E. frisou que os projectos intermunicipais irão continuar a ser revistos através de reuniões que têm sido efectuadas, cuja última foi a 27 de Novembro.

4. Outros assuntos, nomeadamente a análise da Regeneração Urbana

Por fim, o Sr. Presidente do C.E. alertou que as preocupações de todos com a gestão do QREN, também são partilhadas com outras entidades, pelo que iria efectuar um debate mais alargado com a NERSANT, a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, entre outras, para existir uma maior percepção das dificuldades sentidas pela Região. A iniciativa foi apoiada, por unanimidade, por todos os presentes.

Tomar, 03 de Dezembro de 2009.